

## Programa Analítico de Disciplina

### DIR 134 - Direito Agrário e Legislação de Terras

Departamento de Direito - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Catálogo: 2024

Número de créditos: 3

Carga horária semestral: 45h

Carga horária semanal teórica: 3h

Carga horária semanal prática: 0h

Carga horária de extensão: 0h

Semestres: I

#### Objetivos

a) Estimular o pensamento reflexivo/crítico sobre a legislação agrária;b) Propiciar ao aluno conhecimentos sobre a estrutura agrária brasileira, suas raízes históricas, políticas, econômicas e jurídicas;c) Identificar e distinguir os princípios de Direito Agrário na Constituição e na legislação agrária; d) Interpretar criticamente os aspectos teóricos, normativos substantivos e procedimentais do Direito Agrário.

#### Ementa

O Direito Agrário e sua evolução histórica. Princípios fundamentais do Direito Agrário brasileiro. O Imóvel rural e sua classificação. Parcelamento do imóvel agrário. Terras públicas e o instituto da discriminação. Reforma agrária. Determinação da função social do imóvel agrário. Desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária. Usucapião. Imposto Territorial Rural. Contratos agrários. Terras indígenas. Áreas de preservação permanente. Área de reserva legal.

#### Pré e correquisitos

DIR 130 ou DIR 138

#### Oferecimentos obrigatórios

| Curso                                    | Período |
|--|---------|
| Engenharia de Agrimensura e Cartográfica | 9       |

#### Oferecimentos optativos

| Curso                | Grupo de optativas                                    |
|----------------------|---|
| Agronomia            | Legislação, Economia Agrícola e Desenvolvimento Rural |
| Cooperativismo       | Geral   |
| Engenharia Florestal | Geral   |

## DIR 134 - Direito Agrário e Legislação de Terras

| Conteúdo  |    |    |    |    |    |
|---|----|----|----|----|----|
| Unidade   | T  | P  | ED | Pj | To |
| <b>1. Evolução histórica do Direito Agrário</b><br>2. Evolução do Direito Agrário brasileiro<br>3. Fase do regime sesmarial ou de concessão de terras<br>4. Fase do regime de posses ou período extralegal<br>5. Fase de sistematização<br>6. Fase de consolidação  | 2h | 0h | 0h | 0h | 2h |
| <b>2. Direito Agrário</b><br>3. Conceito<br>4. Características do Direito Agrário brasileiro<br>5. Objeto do Direito Agrário<br>6. Fontes do Direito Agrário<br>7. Autonomia do Direito Agrário   | 2h | 0h | 0h | 0h | 2h |
| <b>3. Princípios fundamentais do Direito Agrário brasileiro</b><br>4. Princípio da supremacia do interesse público sobre o privado<br>5. Princípio da função social da propriedade agrária<br>6. Princípio da efetivação da justiça social<br>7. Princípio da proteção da propriedade familiar<br>8. Princípio do dimensionamento eficaz dos imóveis agrários<br>9. Princípio do estímulo ao cooperativismo e ao fortalecimento do espírito comunitário<br>10. Princípio do desenvolvimento sustentável | 2h | 0h | 0h | 0h | 2h |
| <b>4. Caracterização jurídica do imóvel agrário</b><br>5. Conceito de imóvel agrário<br>6. Elementos caracterizadores do imóvel agrário<br>7. Módulo rural, módulo fiscal e gleba rural<br>8. Classificações do imóvel agrário<br>9. Importância da caracterização do imóvel agrário  | 2h | 0h | 0h | 0h | 2h |
| <b>5. Parcelamento, dimensão mínima e indivisibilidade do imóvel agrário</b><br>6. Condomínios e direito de preferência<br>7. O imóvel agrário e a indivisibilidade decorrente de lei<br>8. O módulo de propriedade rural como antídoto à minifundilização<br>9. A fração mínima de parcelamento e a minifundilização do país<br>10. Exceções à regra da indivisibilidade   | 4h | 0h | 0h | 0h | 4h |
| <b>6. Terras públicas</b><br>7. Classificação dos bens públicos<br>8. Bens das unidades federadas<br>9. Terras públicas e privadas<br>10. Terras devolutas<br>11. Grilagem<br>12. Procedimento discriminatório administrativo e judicial  | 2h | 0h | 0h | 0h | 2h |
| <b>7. Imóveis agrários privados</b><br>8. Caracterização<br>9. Registro   | 2h | 0h | 0h | 0h | 2h |

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://siadoc.ufv.br/validar-documento> com o código: L7ZU.A9CW.G5X6

|  |    |    |    |    |    |
|--|----|----|----|----|----|
| 10. Limitações ao direito de propriedade<br>11. Função social da propriedade agrária   |    |    |    |    |    |
| <b>8. "Correção da estrutura fundiária brasileira mediante implementação da reforma agrária e da política agrícola"</b><br>9. Conceitos e pressupostos<br>10. Antecedentes históricos do problema fundiário brasileiro<br>11. A estrutura agrária brasileira<br>12. Objetivos da reforma agrária<br>13. Distribuição de imóveis agrários pela reforma agrária<br>14. Beneficiários da reforma agrária<br>15. Resultados da reforma agrária<br>16. Compatibilização das ações de reforma agrária com as ações de política agrícola  | 4h | 0h | 0h | 0h | 4h |
| <b>9. "Desapropriação de imóvel agrário para fins de reforma agrária"</b><br>10. Fundamentos autorizadores da desapropriação<br>11. Espécies de desapropriação<br>12. Fundamento normativo da desapropriação<br>13. Princípios embasadores da desapropriação<br>14. Objeto da desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária<br>15. Imóveis agrários insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária<br>16. Requisitos da desapropriação para fins de reforma agrária<br>17. Fases do processo de desapropriação para fins de reforma agrária<br>18. Indenização do imóvel expropriado e despesas | 4h | 0h | 0h | 0h | 4h |
| <b>10. Ações demarcatória e divisória</b><br>11. Petição inicial<br>12. Contestação<br>13. Fases do trabalho do agrimensor<br>14. Prática  | 3h | 0h | 0h | 0h | 3h |
| <b>11. Imposto Territorial Rural (ITR)</b><br>12. Fundamento constitucional e infraconstitucional<br>13. Fato gerador<br>14. Capacidade tributária<br>15. Incidência do ITR<br>16. Classificação das áreas do imóvel para efeito de ITR<br>17. Cálculo e apuração do valor do ITR<br>18. Divisão da receita do ITR   | 2h | 0h | 0h | 0h | 2h |
| <b>12. Contratos agrários</b><br>13. Fundamento legal dos contratos agrários<br>14. Princípios dos contratos agrários<br>15. Partes e objeto dos contratos agrários<br>16. Formalidades dos contratos agrários<br>17. Contrato de arrendamento rural<br>18. Contrato de parceria rural   | 4h | 0h | 0h | 0h | 4h |
| <b>13. Usucapião de imóvel agrário</b><br>14. Fundamento legal<br>15. Espécies de usucapião judicial<br>16. Usucapião extrajudicial<br>17. Requisitos da usucapião constitucional de imóvel agrário rural<br>18. Procedimentos<br>19. Usucapião como matéria de defesa   | 4h | 0h | 0h | 0h | 4h |

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://siadoc.ufv.br/validar-documento> com o código: L7ZU.A9CW.G5X6

|  |            |           |           |           |            |
|--|------------|-----------|-----------|-----------|------------|
| 20.A usucapião de terras públicas  |            |           |           |           |            |
| 14. <b>Aquisição de imóvel agrário por estrangeiros</b><br>15. Fundamento constitucional e legal das restrições à aquisição de imóvel agrário por pessoa estrangeira<br>16. Aquisição de imóvel agrário por pessoa física estrangeira<br>17. Aquisição de imóvel agrário por pessoa jurídica estrangeira   | 2h         | 0h        | 0h        | 0h        | 2h         |
| 15. <b>Tutela jurídica das terras indígenas</b><br>16. Breve esboço histórico sobre o direito dos povos indígenas sobre suas terras<br>17. O instituto do indigenato<br>18. Competência legislativa<br>19. Competência para conhecer conflitos envolvendo direitos indígenas<br>20. Órgão executor da política indigenista<br>21. Situação das terras indígenas<br>22. Atributos das terras tradicionalmente ocupadas ou habitadas pelos indígenas   | 2h         | 0h        | 0h        | 0h        | 2h         |
| 16. <b>Áreas protegidas no imóvel agrário</b><br>17. Áreas de Preservação Permanentes: Conceito, classificação, funções, áreas consolidadas e recomposição da cobertura vegetal, responsabilidade administrativa, civil e penal<br>18. Área de Reserva Legal: Conceito e funções, fundamento constitucional e legal, porcentual de reserva legal no imóvel agrário, imóveis isentos de reserva legal, cômputo das Áreas de Preservação Permanente no cálculo do porcentual da Área de Reserva Legal, Registro, localização e regularização, responsabilidade civil, administrativa e penal | 4h         | 0h        | 0h        | 0h        | 4h         |
| <b>Total</b>   | <b>45h</b> | <b>0h</b> | <b>0h</b> | <b>0h</b> | <b>45h</b> |

Teórica (T); Prática (P); Estudo Dirigido (ED); Projeto (Pj); Total (To);

| <b>Planejamento pedagógico</b> |  |
|--------------------------------|--|
| <b>Carga horária</b>           | <b>Itens</b>   |
| Teórica                        | Apresentação de conteúdo oral e escrito com o apoio de equipamento (projektor, quadro-digital, TV, outros) |
| Prática                        | <i>Não definidos</i>   |
| Estudo Dirigido                | <i>Não definidos</i>   |
| Projeto                        | <i>Não definidos</i>   |
| Recursos auxiliares            | <i>Não definidos</i>   |

## DIR 134 - Direito Agrário e Legislação de Terras

### Bibliografias básicas

| Descrição  | Exemplares |
|--|------------|
| CARVALHO, E. F. Manual didático de direito agrário. Curitiba: Juruá (última edição). | 1          |

### Bibliografias complementares

| Descrição  | Exemplares |
|--|------------|
| FERRETTO, V. Contratos agrários: aspectos polêmicos. São Paulo: Saraiva (última edição).                       | 0          |
| ARAÚJO JR, V. G. Direito agrário: doutrina, jurisprudência e modelos. Belo Horizonte: Inédita (última edição). | 0          |
| BARROSO, L. A. et al. O direito agrário na constituição. Rio de Janeiro: Forense (última edição).              | 0          |
| LARANJEIRA, Raymundo. Propedêutica do Direito Agrário. São Paulo: LTr (última edição).                         | 2          |
| MARQUES, B. F. Direito agrário brasileiro. São Paulo: Atlas (última edição).                                   | 0          |
| RIZZARDO, A. Curso de direito agrário. São Paulo: RT (última edição).  | 0          |
| TRENTINI, F. Teoria geral do direito agrário contemporâneo. São Paulo: Atlas (última edição).                  | 0          |